



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 449 - 09/03 a 13/03/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Ministério do Trabalho estuda adiar norma sobre saúde mental nas empresas](#)

Folha de São Paulo - 13/03/2026

Medida regulamentadora entraria em vigor em maio, com início de punição para empresas
Ministro quer que sindicatos de empregadores e trabalhadores se organizem

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) estuda adiar novamente a aplicação de multas para empresas que não implantarem as mudanças a respeito da saúde mental dos trabalhadores exigidas pela NR-1 (Norma Regulamentadora 1).

Em reunião com sindicatos de empregadores do setor de serviços na sede do Sescon (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas) nesta sexta-feira (13), o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que o governo pode reavaliar a data de entrada em vigor da norma, que passaria a permitir punições a quem não a implantasse a partir de maio.

A NR-1 trata das diretrizes gerais de saúde e segurança no trabalho. A medida passou a valer em maio de 2025, com a obrigatoriedade de que as companhias adequem o ambiente e mapeiem os riscos à saúde mental dos trabalhadores, mas sem que houvesse possibilidade de multa para quem não cumprisse a regra.

O adiamento das punições ocorreu a pedido do setor empresarial.

Marinho disse esperar que as empresas e os sindicatos apresentem uma demanda organizada.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supremo afasta cobrança do seguro de acidente de trabalho sobre autônomos antes de emenda constitucional de 1998](#)

Supremo Tribunal Federal - 12/03/2026

Nesta quinta-feira (12), o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, considerou inconstitucional a cobrança do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) sobre trabalhadores sem vínculo empregatício antes da Emenda Constitucional (EC) 20/1998 — que passou a prever expressamente a contribuição previdenciária sobre rendimentos pagos a esse grupo. O Tribunal reafirmou o entendimento de que a ampliação da cobrança por lei ordinária, naquele período, não tinha fundamento constitucional.

[Presidentes de tribunais destacam diálogo institucional e desafios da magistratura durante encontro no STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/03/2026

Autoridades do sistema de Justiça participaram, na manhã desta terça-feira (10), de encontro realizado no Salão Nobre do Supremo Tribunal Federal (STF). Foi a segunda reunião entre presidentes e representantes de tribunais convocada pelo presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, para discutir desafios institucionais e perspectivas para a magistratura. A primeira ocorreu em outubro de 2025.

[Empregado de atestado médico pode viajar?](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2026

Depende. De acordo com a juíza Ana Cristina da Silva, titular da 1ª Vara do Trabalho de

RADAR TRABALHISTA

Olinda (PE), o atestado tem uma finalidade clara: garantir repouso e recuperação. Por isso, a resposta não é simplesmente “sim” ou “não”. “A pergunta principal é se a viagem é compatível com a condição de saúde que motivou o afastamento”, explica.

[Redução de intervalo de descanso no Metrô de São Paulo é válida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2026

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a validade da norma coletiva que reduziu em 30 minutos o intervalo para descanso e refeição (intrajornada) de empregados da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Assim, julgou improcedente o pedido de um agente de segurança de receber uma hora extra por dia pela não observância do tempo mínimo de uma hora previsto na CLT para quem trabalha em jornada de mais de seis horas diárias.

[Pais e viúva conseguem aumentar indenização por morte de eletricista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2026

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 33,3 mil para R\$ 200 mil as indenizações por danos morais individuais que a EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. e a Delta Eletrificações e Serviços Ltda. terão de pagar aos pais e à viúva de um eletricista falecido, aos 30 anos, após levar um choque no reparo de rede elétrica em via pública. No total, as três indenizações somam R\$ 600 mil.

[TST elege desembargador e juíza para representar Justiça do Trabalho no CNJ](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/03/2026

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão realizada nesta sexta-feira, elegeu os representantes da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no próximo biênio, nas vagas de conselheiros. Os indicados foram o desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do Tribunal Regional

RADAR TRABALHISTA

do Trabalho da 7ª Região (CE), e a juíza do trabalho Noemia Aparecida Garcia Porto, da 10ª Região.

[Audiência pública no TST reúne pluralidade de pontos de vista sobre jornada em ambiente insalubre](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/03/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou na manhã desta quinta-feira (12) uma audiência pública para debater a validade de normas coletivas que autorizam a prorrogação da jornada de trabalho em ambientes insalubres sem licença prévia das autoridades competentes. A discussão tem relevância por se tratar de normas de saúde, segurança e higiene do trabalho e ocorre no âmbito do [Tema 149](#) da tabela de Recursos de Revista Repetitivos, servindo de subsídio para orientar a solução de diversos processos semelhantes sobre o tema.

[Norma coletiva que não estende benefícios de bancários a aprendizes é válida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/03/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou pedido de extensão de benefícios salariais e sociais previstos em normas coletivas dos bancários aos aprendizes do Itaú Unibanco S.A. no Estado do Amazonas. Para o colegiado, a exclusão é válida, em respeito à tese vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) que admite a negociação coletiva para limitar ou restringir direito não assegurado na Constituição Federal.

[Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2026 será realizada de 25 a 29 de maio](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/03/2026

A Justiça do Trabalho em todo o país realizará, de 25 a 29 de maio, a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2026. Com o slogan “Um acordo muda o jogo”, a edição deste

RADAR TRABALHISTA

ano terá a identidade visual inspirada em um dos eventos que mais traz união e mobilização no país: a Copa do Mundo de Futebol.

[Empresa e advogado são condenados por possível uso de IA com citações falsas de jurisprudência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/03/2026

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aplicou multa de 1º sobre o valor da causa a uma empresa de telecomunicações e a seu advogado em razão da citação de jurisprudência inexistente nas contrarrazões de um recurso. Segundo o colegiado, precedentes falsos, possivelmente gerados por inteligência artificial, foram usados para sustentar a tese da empresa, contrariando os princípios da boa-fé e da lealdade processual.

[O trabalho invisível da mulher: o que você não vê ocupa o tempo dela](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/03/2026

O banheiro do posto precisava ser limpo. Em muitos locais, essa tarefa entra em revezamento. Ali, não entrou. Todos os dias, a mesma trabalhadora fazia o serviço, não por regra escrita, mas por uma regra silenciosa: ela era a única mulher. “E ninguém achava isso nada demais”, relata a juíza Bárbara Ferrito, do TRT da 1ª Região (RJ). “Havia um estereótipo de gênero, segundo o qual quem limpa banheiro é a mulher.”

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Ministro Luiz Marinho defende fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/03/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu nesta sexta-feira (13), durante reunião com representantes do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), o fim da escala 6x1. Para o ministro, é preciso criar um ambiente de evolução que leve à satisfação no trabalho. “O trabalhador feliz melhora a qualidade e a produtividade, diminui o absenteísmo e reduz o impacto de doenças mentais”, avaliou.

[Abono Salarial para nascidos em fevereiro começa a ser pago na segunda-feira \(16\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/03/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) inicia, nesta segunda-feira (16), o pagamento do Abono Salarial para o segundo grupo de beneficiários, formado por trabalhadores nascidos em fevereiro. Ao todo, 2.021.972 trabalhadores receberão o benefício, com liberação de cerca de R\$ 2,5 bilhões.

[MTE atualiza Classificação Brasileira de Ocupações e inclui seis novas atividades](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/03/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atualizou a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e incluiu seis novas atividades. Entre elas está a de motorista de transporte por aplicativos, que passa a constar oficialmente na classificação como resultado do avanço das tecnologias digitais e dos modelos de economia de plataforma.

RADAR TRABALHISTA

[Luiz Marinho defende redução imediata da jornada de trabalho para 40 horas semanais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/03/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu nesta terça-feira (10) a redução da jornada de trabalho no Brasil para 40 horas semanais. A declaração foi feita durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, que discute a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221/2023, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), e a PEC nº 8/2025, da deputada Erika Hilton (PSOL-SP).

[Mutirões de Perícia Médica atendem 14 mil pessoas em todo o Brasil](#)

Ministério da Previdência Social - 09/03/2026

A Perícia Médica Federal realizou 14,2 mil perícias durante os mutirões de atendimento no último fim de semana. O serviço foi prestado em 90 unidades do INSS espalhadas pelo país. As perícias foram realizadas para benefícios por incapacidade e assistenciais (BPC/Loas). Os mutirões encurtaram o tempo de espera desses cidadãos pelo serviço. Houve atendimentos presenciais e também por telemedicina - Perícia Conectada.

[Concessão de benefícios por transtornos mentais e comportamentais cresce mais de 100% após pandemia](#)

Fundacentro - 13/03/2026

Em 26 de maio de 2026, entra em vigor a nova redação da NR 1, que traz uma novidade: a inclusão dos fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho na elaboração do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos). Dados da Previdência Social* (2024) apontam a concessão de 481.476 benefícios previdenciários relacionados a transtornos mentais e comportamentais (CID F). Desse total, apenas 9.822 são reconhecidos com relacionados ao trabalho (B 91), ou seja, 2,04%. Além disso, os números abrangem apenas trabalhadores formais.

RADAR TRABALHISTA

[Curso aborda intervenções ergonômicas para o enfrentamento de fatores psicossociais relacionados ao trabalho](#)

Fundacentro - 11/03/2026

A Fundacentro está com inscrições abertas para o curso “Para além do risco, o que está em jogo na saúde mental no trabalho? O olhar da Ergonomia e das Clínicas do Trabalho”. A atividade é gratuita e voltada a trabalhadores, estudantes, pesquisadores, cipistas, sindicalistas, profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e demais interessados.

[Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho é condição para alcançar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Fundacentro - 10/03/2026

Erradicar a pobreza, promover a sustentabilidade econômica e ambiental e garantir igualdade e dignidade às pessoas são alguns dos compromissos assumidos pelos países signatários da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Alcançá-los depende de um elemento central, o trabalho, conforme aponta um ensaio publicado no Dossiê Desenvolvimento Sustentável e Trabalho, no volume 50 da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. O destaque vai para a necessidade de incluir plena e efetivamente as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sob o risco de comprometer o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT consegue elevar condenação da Bosch para R\\$ 12 milhões por fraude em laudos periciais](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/03/2026

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) reformou parcialmente sentença de primeira instância contra a multinacional alemã Robert Bosch Ltda. em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), elevando o montante total da condenação para R\$ 12 milhões, após a constatação de conluio da empresa com peritos judiciais para a apresentação de laudos técnicos fraudulentos em reclamações trabalhistas.

[Nupia promove rodas de conversa com entidades sindicais](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/03/2026

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia/MPT) realizará, a partir de março, rodas de conversa com entidades sindicais profissional e patronal, federações e confederações representativas de diversas categorias.

[Coetrae-ES publica nota pública sobre pejetização e proteção ao trabalho digno](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/03/2026

A Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-ES), da qual o Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo faz parte, divulgou na segunda-feira, dia 9 de março, uma Nota Pública sobre pejetização e proteção ao trabalho digno.

RADAR TRABALHISTA

[Cresce número de mulheres que procuram o MPT-MS após sofrer assédio sexual no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/03/2026

O número de denúncias de assédio sexual registradas no Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos. Dados da instituição apontam que os registros passaram de seis denúncias em 2021 para 22 em 2025, o que representa um aumento de 266% no período. Somente em 2025, o volume equivale a quase duas denúncias por mês, índice 3,6 vezes maior que o observado em 2021. A evolução dos registros indica uma tendência de crescimento nas denúncias, evidenciando que mais trabalhadoras têm buscado apoio das instituições para relatar situações de violência e constrangimento de natureza sexual no ambiente laboral.

[MPT é contra novo adiamento de norma sobre riscos psicossociais no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/03/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) é contra novo adiamento da entrada em vigor da alteração do capítulo 1.5 da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata do gerenciamento de riscos ocupacionais, entre eles os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho. Esse foi o posicionamento da instituição durante a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT), que aconteceu no dia 9.3, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo.

[Operação resgata 170 trabalhadores em obras da construção civil em João Pessoa e Cabedelo](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/03/2026

Uma operação resgatou cerca de 170 trabalhadores em condições degradantes de trabalho e análogas à escravidão, em obras da construção de edifícios em bairros de João Pessoa e Cabedelo, na Paraíba. A ação realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Mó-

RADAR TRABALHISTA

vel (GEFM), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a participação do Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF) começou no último dia 2 e foi encerrada nessa quarta-feira (11). Os resgates ocorreram em construções de prédios populares e também em obras de edifícios de luxo.

[Aurora Alimentos é condenada por reduzir ou recusar atestados médicos de trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/03/2026

Uma decisão da Justiça do Trabalho julgou procedente o pedido do MPT e reconheceu irregularidades na conduta da Cooperativa Central Aurora Alimentos com sede em Joaçaba (SC), em relação ao tratamento de atestados médicos apresentados por trabalhadores. A empresa foi condenada em ação civil pública, movida pelo Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC) após investigação que apontou práticas consideradas abusivas na gestão de afastamentos por motivos de saúde.

[Pejotização pode enfraquecer combate ao trabalho escravo, alerta MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/03/2026

A pejotização dificulta a responsabilização de empregadores em casos de trabalho semelhante à escravidão. Essa é a avaliação do Ministério Público do Trabalho (MPT) em análise divulgada nesta quarta-feira (11) sobre os impactos da contratação fraudulenta de trabalhadores como pessoa jurídica em casos de submissão de trabalhadores a condições degradantes.

[Construtora é condenada por trabalho análogo à escravidão em obra na rodovia MT-404](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/03/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) e a Defensoria Pública da



RADAR TRABALHISTA

União (DPU) obtiveram a condenação da Guizardi Júnior Construtora e Incorporadora Ltda – EPP em Ação Civil Pública (ACP) movida para responsabilizar a empresa pela submissão, por cerca de um mês, de quatro trabalhadores a condições análogas à escravidão em canteiro de obras localizado na zona rural de Chapada dos Guimarães (a 68 km de Cuiabá). No local, também estavam uma gestante e uma criança de dois anos.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Licença-paternidade de 20 dias é avanço da corresponsabilidade no cuidado](#)

Consultor Jurídico - 15/03/2026

A ampliação da licença-paternidade, aprovada pelo Senado, representa um passo histórico na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. O texto prevê o aumento do benefício, dos atuais 5 para 20 dias. Apesar dos debates sobre os impactos econômicos e institucionais da medida, a proposta deve ser entendida como investimento social. Trata-se de uma iniciativa que fortalece famílias e reduz desigualdades estruturais.

[Empresa é condenada a indenizar por perguntas íntimas em entrevista admissional](#)

Consultor Jurídico - 14/03/2026

Perguntas sobre a intimidade sexual e outros temas ligados à privacidade durante entrevista de emprego evidenciam atitude abusiva do empregador, que ofende a integridade e a dignidade do candidato ao cargo, causando danos morais presumíveis.

[TRT-5 valida justa causa de empregada que se negou a apresentar carteira para registro](#)

Consultor Jurídico - 14/03/2026

Recusa em apresentar carteira de trabalho para registro do emprego é ato de insubordinação. Com esse entendimento unânime, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) reformou uma decisão de primeira instância e reconheceu a validade da dispensa por justa causa de uma empregada doméstica de Salvador que se recusou reiteradamente a apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social para registro do vínculo profissional.

RADAR TRABALHISTA

[TRT-2 determina uso da Selic para juros de créditos previdenciários](#)

Consultor Jurídico - 13/03/2026

As contribuições previdenciárias decorrentes de decisões condenatórias e homologatórias de acordos proferidos pela Justiça do Trabalho deverão ser atualizadas pela taxa Selic. A decisão unânime é do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista), que acolheu pedido da Advocacia-Geral da União e decidiu que a taxa deve ser aplicada como índice de juros de mora. A tese passa a ter efeito vinculante nos 46 municípios sob jurisdição do tribunal.

[Manifestação da PGR no ARE 1.532.603 \(Tema 1.389\) e a amnésia jurídica](#)

Consultor Jurídico - 13/03/2026

Até recentemente, não era questionado com relevância o papel da Justiça do Trabalho quanto à declaração de nulidades de contratos de prestação de serviços que contrariassem as prescrições imperativas da Constituição, da CLT e da legislação trabalhista esparsa. Esse “mundo é mundo”, no mínimo, desde a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, ou seja, há mais de 80 anos.

[Papel da Cipa na defesa do meio ambiente do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 13/03/2026

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) foi criada no nosso ordenamento jurídico em 1944, pelo Decreto-lei nº 7.036. Em 1977, pela Lei nº 6.514, recebeu alteração importante, com a concessão de estabilidade provisória aos seus integrantes (CLT, artigo 165), culminando com o comando constitucional de 1988, que, no artigo 10, inciso II, letra a, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vedou a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para o cargo de direção de comissão interna de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.

RADAR TRABALHISTA

[Contato por telefone fora do horário de trabalho nem sempre configura sobreaviso](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2026

O contato por telefone fora do horário de trabalho não caracteriza sobreaviso se o trabalhador não tem a sua locomoção prejudicada. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reformou uma decisão da 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre para determinar que um supervisor de um centro de distribuição não tem direito a adicional de sobreaviso.

[De interceptações telefônicas a prisões, STF acumula ADIs antigas de alcance nacional](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2026

O Supremo Tribunal Federal tem em seu acervo 43 ações diretas de inconstitucionalidade movidas há dez anos ou mais que tratam de normas de alcance nacional e ainda não tiveram conclusão. A falta de pronunciamento da corte sobre os temas contestados nesses processos — muitos deles polêmicos — perpetua dúvidas e insegurança.

[Cargo de confiança em empresa privada não dá direito a horas extras](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2026

A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que profissionais do setor privado que exercem cargos de confiança não têm direito ao recebimento de horas extras. A regra reconhece que funções com ampla autonomia são incompatíveis com a sujeição ao controle rígido de jornada.

[Negociação coletiva surge como saída para impasse da jornada de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2026

RADAR TRABALHISTA

Muito se discute atualmente a respeito da jornada 6x1 e da possibilidade de sua substituição, por meio de alteração legislativa, por uma jornada 5x2, na qual o trabalhador labora cinco dias e descansa dois. O tema ganhou centralidade no debate público como se a simples mudança da lei fosse capaz de resolver, de maneira uniforme, os impasses que envolvem organização do tempo de trabalho, produtividade, saúde do trabalhador e competitividade empresarial. A questão, contudo, é mais complexa.

[O que dizem os dados da Justiça do Trabalho em 2025, além dos R\\$ 50 bi em valores pagos aos reclamantes?](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2026

O que dizem os dados da Justiça do Trabalho de 2025? Não há como negar que o alcance dos R\$ 50 bilhões em valores pagos aos reclamantes consiste em número de grande importância. Mas há outros dados que merecem avaliação e reflexão, tais como o volume de ações ajuizadas, os processos solucionados e conciliados.

[Empresa responde por ofensas entre colegas de trabalho no WhatsApp](#)

Consultor Jurídico - 11/03/2026

O assédio moral horizontal, que é praticado por colega de trabalho do mesmo nível hierárquico da vítima, pode ser comprovado por meio de mensagens em grupo de aplicativo. Nesse caso, tanto o agressor quanto a empresa respondem pela reparação dos danos. Esse foi o entendimento da 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) para condenar um trabalhador e a empregadora ao pagamento de indenização por danos morais a um trabalhador vítima de constrangimentos virtuais.

[Recorde de indenizações trabalhistas revela desmonte do legado da reforma](#)

Consultor Jurídico - 10/03/2026



RADAR TRABALHISTA

As empresas brasileiras pagaram um total de R\$ 50,7 bilhões em ações na Justiça do Trabalho em 2025. É a primeira vez que o valor supera a marca de R\$ 50 bilhões, segundo reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo na semana passada. O recorde financeiro, que é acompanhado de uma alta histórica de novas ações trabalhistas — 2,3 milhões de processos ingressaram no acervo em 2025, um aumento de 8,7% em relação ao ano anterior —, é mais uma amostra da reversão do legado da reforma trabalhista de 2017.

[A validade da arbitragem trabalhista sem cláusula compromissória](#)

Consultor Jurídico - 09/03/2026

A modernização das relações de trabalho no Brasil, impulsionada significativamente pela reforma trabalhista de 2017, trouxe à tona debates essenciais sobre a autonomia da vontade das partes e os limites da intervenção estatal em contratos firmados por profissionais de alto nível remuneratório. Um dos temas mais sensíveis e que desperta grandes controvérsias na doutrina e na jurisprudência diz respeito à utilização da arbitragem como meio de solução de conflitos trabalhistas.

[Juiz nega indenização após perícia afastar nexos entre doença e trabalho](#)

Migalhas - 15/03/2026

Empresa não terá de indenizar funcionária por suposta doença ocupacional atribuída a assédio moral no ambiente de trabalho. O juiz do Trabalho Renato Luiz Miyasato de Faria, da 7ª vara de Campo Grande/MS, concluiu, com base em perícia médica, que a enfermidade diagnosticada na empregada não tem nexos com as atividades profissionais.

[Juíza valida justa causa, mas condena empresas por não usarem nome social](#)

Migalhas - 15/03/2026

RADAR TRABALHISTA

A juíza do Trabalho Sara Lucia Davi Sousa, da 8ª vara de Goiânia/GO, manteve dispensa por justa causa de trabalhadora que levou para casa mochila encontrada no local de trabalho, ao entender que a conduta rompeu a confiança necessária à relação empregatícia, mas condenou empresa ao pagamento de R\$ 5 mil por danos morais em razão do desrespeito ao nome social da empregada.

[TRT-2 mantém estabilidade de membro da CIPA transferido de unidade](#)

Migalhas - 13/03/2026

A 8ª turma do TRT da 2ª região manteve decisão que reconheceu a estabilidade provisória de trabalhador eleito para a CIPA e condenou empresa ao pagamento de indenização substitutiva após dispensa sem justa causa. Para o colegiado, a transferência do empregado para outra unidade da empresa, localizada no mesmo município, não afasta a garantia de emprego quando a atividade empresarial continua sendo exercida na mesma base territorial.

[TRT-2 confirma indenização a trabalhadora gestante em contrato temporário](#)

Migalhas - 12/03/2026

A 15ª turma do TRT da 2ª região reconheceu o direito de estabilidade provisória a trabalhadora temporária gestante e manteve indenização correspondente ao período de garantia no emprego. Colegiado seguiu voto do relator, desembargador Ronaldo Luíz de Oliveira, segundo o qual a proteção à maternidade se aplica independentemente do tipo do contrato.

[TRT-3: Empresa indenizará após funcionário pedir fotos íntimas a colega](#)

Migalhas - 10/03/2026

A 6ª turma do TRT da 3ª região manteve condenação de rede de hipermercados a inde-

RADAR TRABALHISTA

nizar operadora de loja que recebeu pedido de fotos íntimas de colega de trabalho, ao reconhecer a responsabilidade da empresa pela omissão diante de denúncia feita pela funcionária.

[CPR-SP da NR 18 debate planos de emergência em casos de acidente na construção](#)

Revista Proteção - 13/03/2026

A importância de planos de emergência em casos de acidentes, e a escolha, uso, manutenção e destino das telas de proteção nos canteiros de obras foram os temas debatidos na 2ª Reunião Online de 2026 do Comitê Permanente Regional do Estado de São Paulo (CPR-SP) da Norma Regulamentadora (NR) 18, em 10 de março.

[Dados de acidentalidade das empresas voltam a ficar disponíveis](#)

Revista Proteção - 12/03/2026

Recentemente, a Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência) relançou uma ferramenta de consulta por CNPJ de dados de acidentalidade no trabalho e do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). O sistema amplia a transparência sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho no país e permite o acesso direto a informações relevantes para trabalhadores, pesquisadores, consumidores e investidores. A ferramenta pode ser acessada no endereço <https://fap-mps.dataprev.gov.br/>, por meio de autenticação com a conta gov.br.

[Conduta discriminatória e antissindical: BRF é condenada a pagar indenização de R\\$ 150 mil por perseguir grevistas](#)

Revista Proteção - 11/03/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) obteve a majoração da indenização por dano moral coletivo (DMC) aplicada à multinacional BRF S.A. pela conduta

RADAR TRABALHISTA

discriminatória e antissindical contra empregados da unidade de Lucas do Rio Verde, a 350 km de Cuiabá, após uma greve selvagem ocorrida em 2022.

[INCA abre inscrições para curso de aperfeiçoamento em Câncer Relacionado ao Trabalho e Ambiente](#)

Revista Proteção - 10/03/2026

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) torna público o edital de seleção para a 3ª edição do Curso de Aperfeiçoamento em Câncer Relacionado ao Trabalho e Ambiente. Realizado na modalidade a distância (EAD), o curso é uma oportunidade estratégica para profissionais que buscam qualificação técnica para enfrentar os desafios da vigilância e controle do câncer no Brasil.

[Estudo da OIT aponta avanços e desafios para a promoção do trabalho decente no Brasil](#)

Organização Internacional do Trabalho - 09/03/2026

O mercado de trabalho no Brasil apresenta avanços recentes, como a queda do desemprego, mas também destaca desafios persistentes, entre eles a alta informalidade, desigualdades de renda e a menor participação das mulheres em cargos de liderança. É o que destaca o estudo “[Diagnóstico da Situação do Trabalho Decente no Brasil](#)”, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) especialmente para a II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), realizada de 3 a 5 de março em São Paulo.

[CBIC encontra presidente da Câmara para debater fim da escala 6X1](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 11/03/2026

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), avançando no diálogo com o poder legislativo sobre as mudanças propostas na redução

RADAR TRABALHISTA

da jornada de trabalho no Brasil. O encontro aconteceu na manhã desta quarta-feira (11), na residência oficial da Câmara, em Brasília.

[Setor da Construção defende debate sobre fim da escala 6X1 em vídeo](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 10/03/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) divulgou nesta terça-feira (10) um vídeo sobre a proposta de mudança na escala de trabalho 6X1 que tramita no Congresso Nacional. No posicionamento, a entidade defende um debate mais amplo e responsável sobre a redução da jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais no Brasil na PEC proposta pelo Governo Federal.

[Firjan: construção é destaque positivo ao abrir 1,8 mil vagas no RJ no primeiro mês do ano](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/03/2026

A plataforma Retratos Regionais, desenvolvida pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), registrou que em janeiro apenas o segmento industrial da Construção teve destaque positivo ao abrir 1.825 postos de trabalho no primeiro mês de 2026. Já os demais segmentos do setor industrial apresentaram resultados negativos em janeiro, considerado um mês de comportamento sazonal em relação aos demais meses do ano.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA SRTE-MT N° 355, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 09/03/2026 Seção I Pág. 141) - Delimita a circunscrição da Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso, para efeito de planejamento da fiscalização do trabalho, redefinindo os municípios que ficarão sob atuação da Gerência de Sinop, da Gerência DE Rondonópolis e da sede dessa Regional;

[PORTARIA DIRBEN/INSS N° 1.334, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026](#) (DOU de 10/03/2026 Seção I Pág. 118) - Altera o Livro III das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina a aplicação prática da Manutenção de Benefícios e Serviços do Regime Geral de Previdência Social - RGPS no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS n° 992, de 28 de março de 2022;

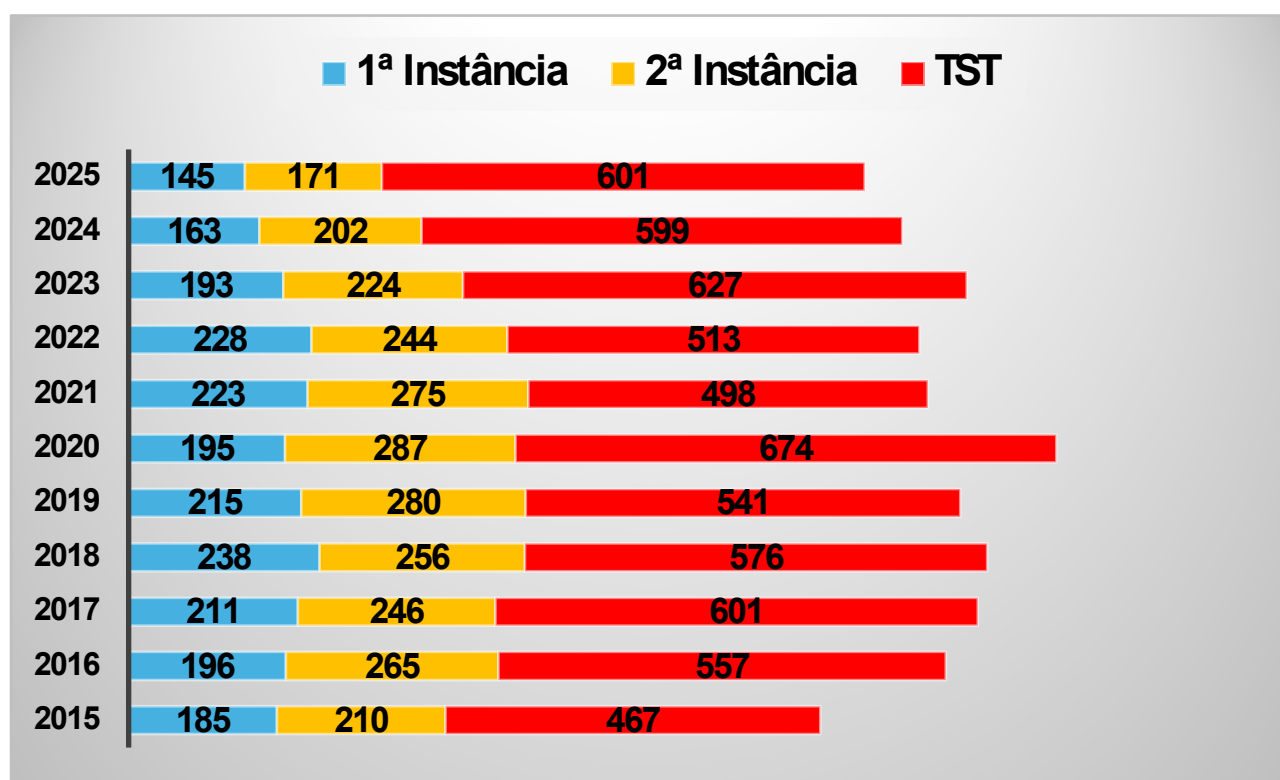
[INSTRUÇÃO NORMATIVA CRPS/MPS N° 6, DE 10 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 11/03/2026 Seção I Pág. 66) - Altera a Instrução Normativa CRPS n° 1, de 28 de dezembro de 2022;

[PORTARIA MTE N° 431, DE 10 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU 12/03/2026 Seção I Pág. 135) - Disciplina a instituição dos Fóruns Estaduais e do Fórum Distrital da Aprendizagem Profissional e dispõe sobre sua organização e funcionamento.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2025 (dezembro):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico